

2017 v. 15 n. 85 jan./fev.

Artigos

01. **A lei complementar como agente normativo ordenador do sistema tributário e da repartição das competências tributárias** 09
(Sacha Calmon Navaro Coêlho)
02. **Questões controvertidas e lacunas na determinação da responsabilidade tributária do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento empresarial, prevista no art. 133 do CTN** 31
(Gerd Willi Rothmann)
03. **Conclusões do XLI Simpósio de Direito Tributário do CEU-Escola de Direito – Segurança Jurídica em Matéria Tributária (São Paulo, 11.11.2016)** 49
(Ives Gandra da Silva Martins)
04. **Análise de caso de tributação de estabelecimento permanente** 63
(João Francisco Bianco)
05. **Dedutibilidade de despesas de brindes – A inaplicabilidade da vedação do art. 13, inciso VII, da Lei nº 9.249/95 aos brindes promocionais** 69
(Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva)
06. **A controvérsia jurídica acerca da multa da Lei de Repatriação (art. 8º da Lei nº 13.254, de 13.01.2016)** 89
(Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho)
07. **A responsabilidade objetiva prevista no artigo 136 do Código Tributário Nacional à luz do direito tributário sancionador: hipóteses de afastamento por erro escusável e comprovação da boa-fé do contribuinte** 105
(Gustavo Lanna Murici, Raphael Silva Rodrigues)
08. **A não incidência de PIS e COFINS sobre o ganho por compra vantajosa apurado na aquisição de ativos imobilizados em operação de combinação de negócios** 121
(Ramon Tomazela Santos)
09. **Aspectos da responsabilidade tributária dos administradores** 143
(Flávio Machado Galvão Pereira)
10. **A aplicação do princípio da anterioridade à norma revogadora da isenção** 169
(Nadia Cristina Batista)